

ENTRE A PRESCRIÇÃO E A REALIDADE: ESTRATÉGIAS DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO SOLIDÁRIAS EM REDE DE AGRICULTORES FAMILIARES - O CASO DA REDE MANDIOCA NO MARANHÃO¹

BETWEEN PRESCRIPTION AND REALITY: SOLIDARITY PRODUCTION AND MARKETING STRATEGIES IN A NETWORK OF FAMILY FARMERS: THE CASE OF REDE MANDIOCA IN MARANHÃO

Marcelo Sampaio Carneiro*

Introdução

No presente artigo analisamos como uma entidade ligada à Igreja Católica, denominada Cáritas, preocupada com a forte presença de agricultores nas estatísticas de trabalho escravo rural, investiu no Maranhão para garantir tanto a segurança alimentar e o fortalecimento econômico dos agricultores familiares, tentando evitar assim a sua submissão a essa forma de trabalho, como a receptividade desse programa pelos agricultores familiares, e ainda o eventual processo de diferenciação entre os agricultores que adotam tais inovações. Es-

sas foram as origens do que ficou conhecido como a “Rede Mandioca”.

A iniciativa de criação da “Rede Mandioca”, filiada à Cáritas Brasileira - Regional Maranhão, partiu de uma entidade responsável pelo trabalho assistencial para apoiar o desenvolvimento de projetos de natureza comunitária, numa perspectiva do que denominam uma “economia popular e solidária” (EPS) (BERTUCCI; SILVA, 2004). Num primeiro momento, as ações de apoio a grupos de baixa renda pela Cáritas se basearam no modelo da “caridade assistencial”, “caracterizado pelo atendimento individualizado às pessoas consideradas necessitadas e

1 Agradeço a Marie France Garcia-Parpet e Afrânio Garcia Jr. pelas importantes sugestões para o desenvolvimento do artigo, com a ressalva de que eventuais erros e imprecisões são de minha inteira responsabilidade.

* Universidade Federal do Maranhão (UFMA), São Luís, MA, Brasil. E-mail:marcelo.sampaio@ufma.br.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7474-2694>

indefesas”; posteriormente, a partir de 1974, predominou o “modelo promocional da caridade”, fundamentado na ideia de que o sujeito da assistência deve ser considerado como protagonista de seu destino, mas sem colocar em questão a estrutura da sociedade na qual ele se encontra inserido. A partir de 1986, a Cáritas passou a desenvolver ações baseadas na chamada “caridade libertadora”, que está assentada na ideia de que a situação de pobreza do público assistido é o resultado de estruturas de exploração culturais e econômicas (SOUZA 2007).

O desenvolvimento de ações baseadas na perspectiva da Economia Popular e Solidária (EPS) surgiu a partir desse terceiro momento, e tem como principal efeito a transformação dos Projetos de Ação Comunitária (PAC’s), que passam a ser desenvolvidos na perspectiva de um desenvolvimento sustentável e solidário, privilegiando também a formação de redes de produtores. Como destacam Bertucci e Silva (2004, p. 73):

Desde mediados de la década de 90, Cáritas viene apoyando, a través de sus regionales, iniciativas de fortalecimiento del cooperativismo alternativo y las redes de productores. Com la discusión de la EPS, essas experiencias ganan mayor relevancia y pasan a ser comprendidas como estrategias fundamentales de viabilización de las iniciativas económicas populares.

Nesse contexto, a “Rede Mandioca” surge em 2004, momento em que se identificou a importância e o potencial econômico e cultural da mandioca no Maranhão, com a preocupação a respeito do envolvimento

de agricultores maranhenses em atividades classificadas como de escravidão contemporânea, isto é, o trabalho em condições degradantes (MOURA, 2009), e passa a fomentar ações de fortalecimento da agricultura familiar, a partir da valorização da mandioca – produto importante para alimentação das populações locais e para o desenvolvimento de estratégias de comercialização de produtos derivados desse cultivo –, de forma a garantir a segurança alimentar e o fortalecimento econômico dos grupos de agricultores(as) participantes. Na base dessas ações está a percepção de que famílias fortalecidas a nível econômico não necessitariam tanto de estratégias migratórias em condições de grande precariedade, o que propicia as práticas de trabalho escravo nas regiões que acolhem os migrantes. Para Rede Mandioca, portanto, não se trata de implantar uma nova cultura na região, que tem atrás de si uma longa tradição, mas de melhorar as práticas de plantio e de comercialização favorecendo melhores rendimentos. Em 2006, o segundo momento importante, ocorreu com o início das ações de fomento à cultura da mandioca em dois grupos de produtores, no município de Vargem Grande-MA, nas localidades de Vila Ribeiro e Riacho do Mel, situadas na região de atuação do projeto “Trilhas da Liberdade” (RIBEIRO, 2010b), que eram comunidades com as quais a Cáritas desenvolvia um trabalho de apoio produtivo.

Esse trabalho inicial em Vargem Grande/MA consistiu na doação de duas agroindústrias de farinha para as comunidades, na realização de treinamentos e no apoio para a realização de feiras da agricultura familiar² (RIBEIRO *et al.*, 2012), com recur-

2 Ainda como parte dessa ação inicial, a Cáritas apoiou na recuperação jurídica da Cooperativa Agroextrativista dos Pequenos Produtores Rurais de Vargem Grande (COOPERVAG), que terá um papel central na representação da Rede Mandioca nesse município.

sos oriundos de um projeto apoiado pela *Catholic Relief Services (CRS)* denominado “Trilhas da Liberdade”³, com o objetivo de fixar o homem no campo, reduzindo a necessidade do deslocamento para o trabalho em outros estados.

O último marco do processo de criação da Rede Mandioca ocorreu em 2008, e consistiu na realização do primeiro encontro estadual da Rede Mandioca. Este evento, que foi realizado em Vargem Grande/MA, contou com a participação de cerca de 120 representantes de grupos de produtores acompanhados pela Cáritas, oriundos de diferentes regiões do estado do Maranhão (Pindaré, Mearim, Cocais, Baixo Parnaíba, Tocantina, Sul e Central) – municípios onde já existiam projetos apoiados pela Cáritas. Nesse evento, foi definida a primeira coordenação da Rede e ficou definido que a Cáritas seria responsável pelo trabalho de assistência técnica (RIBEIRO, 2010a). A equipe da Cáritas que se investe no trabalho da Rede Mandioca é composta por agentes

religiosas (freiras) – oriundas do meio rural, com trajetórias vinculadas à luta pela reforma agrária no Maranhão e ao setor da Igreja Católica ligado ao movimento da Teologia da Libertação (FORTE; GONÇALVES, 2013) –, e por assessores técnicos, geralmente com formação em agronomia, que atuam de acordo com as necessidades identificadas.

1. Características da Rede Mandioca: perfil dos participantes⁴ e princípios de atuação.

A pesquisa realizada junto aos agricultores maranhenses que aderiram a esse projeto mostrou que 94,0% dos agricultores participantes da Rede Mandioca controlam a terra na qual trabalham, seja na situação de assentamento de reforma agrária⁵ (63,0%) ou já titulada (31,0%), ao passo que 4,0% trabalham em terras ocupadas (posseiros) e 2,0% em terras arrendadas. A maior parte dos entrevistados (87,0%) disse

3 O projeto tinha como objetivo conter a necessidade de deslocamento de trabalhadores rurais para fora do Maranhão, uma vez que essa migração temporária acaba sendo associada a situações de aliciamento para situações de trabalho escravo contemporâneo. Para reverter esse processo, a estratégia desenhada pela Cáritas envolvia o desenvolvimento de ações na cadeia produtiva da mandioca, principal produto da agricultura familiar no município, de forma a aumentar a produtividade dos plantios, melhorar as condições de comercialização e incrementar os rendimentos.

4 Foi realizada uma pesquisa quantitativa por questionário em parceria com a Rede Mandioca sobre o perfil socioeconômico dos(as) produtores(as) da Rede Mandioca e suas práticas de produção e de comercialização, distribuídos por 21 municípios do estado do Maranhão (outubro de 2022 a setembro de 2023). O trabalho de investigação, que inicialmente foi pensado como a aplicação de um questionário junto aos(as) associados(as) da Rede, posteriormente se ampliou e nos permitiu acompanhar outras atividades desenvolvidas, tais como as reuniões da coordenação estadual, do grupo gestor do Fundo de Crédito Rotativo e Solidário (FCRS), algumas oficinas de treinamento e intercâmbio de conhecimentos, o VII Encontro (ou Plenária) Estadual da Rede Mandioca, além da realização de levantamento de informações sobre as ações anteriores desenvolvidas pela Rede, a partir da consulta em documentos e de matérias que foram publicadas no blog “Quitanda Rede Mandioca”, que funcionou como instrumento de difusão de informações da Rede, no período de 2008 a 2015.

5 Inserimos na rubrica assentamentos de reforma agrária, terras que foram adquiridos com recursos da Igreja Católica e repassadas diretamente aos agricultores.

ter feito roça no ano agrícola 2022/2023, cultivando principalmente milho (85,9%), mandioca (79,71%), feijão (79,15%) e arroz (64,5%), além de outros produtos menos mencionados (fava, abóbora, melancia, maxixe, quiabo etc.). Apesar do cultivo de mandioca ser o símbolo da Rede, os agricultores que dela participam trabalham com uma grande variedade de cultivos agrícolas, como era tradicional, de acordo com as condições de clima e solo das regiões em que estão localizados (cerrado, mata dos cocais, pré-Amazônia, etc.) e de forma similar a todo o Nordeste.

No que concerne às características dos entrevistados, cerca de 75,0% são do sexo masculino, casados ou com outro tipo de união conjugal (81,0%), nascidos no Maranhão (92,0%), pretos (31,0%) ou pardos (58,0%), com idade na faixa de 45 a menos de 65 anos (46,0%). Quanto à escolaridade, cerca de 75,0% dos(as) entrevistados(as) disseram saber ler e escrever, com formação escolar concentrada no antigo primário (35,0%), vindo a seguir o nível ginasial (22,0%) e o nível médio (22,0%)⁶.

A Rede Mandioca decidiu investir na produção e na comercialização da farinha, um dos produtos mais produzidos pelos agricultores(as) da região, e na sua comercialização para reforçar a autonomia destes, obedecendo, ao mesmo tempo, a regras de produção preservando a saúde dos consumidores e a proteção ambiental: uma es-

colha consignada no lançamento da Carta de Princípios⁷ (REDE MANDIOCA, 2008).

Inspirada nos princípios da chamada economia solidária (LÉVESQUE; BOURQUE; FORGUES, 2001; Singer, 2002) ou da economia popular e solidária (SOUZA, 2007), a Rede Mandioca articula um conjunto diferenciado de organizações de agricultores familiares, principalmente associações e cooperativas, e vem desenvolvendo ações que buscam fortalecer a autonomia econômica e a capacidade de inserção desses agricultores nos mercados, principalmente com medidas que visam a eliminação de intermediários, a agregação de valor aos produtos comercializados e a adoção de práticas consideradas como ambientalmente mais corretas. É o caso da não utilização de agrotóxicos e do não uso do fogo para a abertura das áreas de plantio.

De acordo com as definições estabelecidas na carta de princípios, a Rede Mandioca se define como “uma articulação estadual de organizações formais e informais de agricultores e agricultoras familiares que atuam diretamente no cultivo, manejo, beneficiamento e comercialização da mandioca e seus derivados” (REDE MANDIOCA, 2008, p. 2). Ou seja, trata-se de uma rede de organizações – associações, cooperativas, grupos de produtores – e não de pessoas, conforme destacado por Jaime Conrado, agrônomo que assessorou a Rede nesse momento inicial.

6 Em termos comparativos, apesar de um número elevado de entrevistados(as) da Rede não saberem ler e escrever (25,0%), esse percentual é bem menor do que o captado pelo Censo Agropecuário de 2017 para o estado do Maranhão, que correspondeu a 42,31% dos agricultores familiares.

7 De acordo com depoimento de Ricarte Almeida, agente da Cáritas e assessor da Rede, a escolha da mandioca como produto está relacionada com a forte presença desse cultivo nas experiências produtivas apoiadas pela Cáritas e pelo papel desempenhado pela farinha de mandioca na estratégia de segurança alimentar das famílias camponesas no estado e em todo Nordeste (LIMA, 2014).

O Debate – Que procedimentos devem ser tomados por quem deseja se filiar? É possível a filiação individual?

Jaime Conrado – A filiação à Rede Mandioca acontece somente de forma coletiva (...). Para filiar-se a Rede Mandioca cada grupo deve realizar uma assembleia geral fazer a leitura da Carta de Princípio da Rede Mandioca e concordar com ela. Em seguida escreve uma ata da referida assembleia para encaminhar à coordenação da Rede, (...), que posteriormente será apresentada na plenária anual da Rede. (RIBEIRO, 2010b).

A adesão à Carta de Princípios da Rede, conforme relatado na entrevista acima, implica no envolvimento dos(as) agricultores(as) familiares com alguns compromissos, que podem ser classificados em quatro eixos mais gerais: o primeiro, ligado a definições políticas mais gerais, que seria embasado nos “princípios da agroecologia e da economia solidária” e no apoio ao fortalecimento do protagonismo das mulheres e da juventude rural. Enquanto os três outros se orientam para prescrições de natureza mais técnica, voltadas para a questão das práticas produtivas a serem seguidas, o trabalho com ações de comercialização e a valorização da cultura da mandioca.

Para realizar essas atividades, a coordenação da Rede Mandioca, que é composta por cinco agricultores(as), eleitos(as) a cada encontro estadual, precisa mobilizar recursos financeiros, cuja captação é realizada pela equipe da Cáritas. De acordo com levantamento realizado, ao longo de sua existência a Rede já contou com o apoio de

recursos de agências da cooperação internacional – *Catholic Relief Services* (CRS) e *Interamerican Foundation* (IAF) – e de recursos oriundos do Banco do Nordeste, do Banco do Brasil e da antiga empresa estatal de energia do estado do Maranhão – a Centrais Elétricas do Maranhão (CEMAR).

Se a criação da Rede esteve associada ao repasse de um recurso da Cáritas norte-americana, a CRS, para ações de combate ao trabalho escravo no município de Vargem Grande, posteriormente, em 2009, a Rede obteve um primeiro financiamento importante, por intermédio de um projeto que foi financiado pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB), que a partir do primeiro governo Lula passou a apoiar iniciativas de economia solidária⁸ (GUSSI *et al*, 2012).

Outros financiamentos importantes serviram para a construção e desenvolvimento das atividades do Centro de Referência em Comercialização da Agricultura Familiar (CRCAF), sediado em São Luís, cuja construção foi realizada com o apoio da Fundação Banco do Brasil (FBB). Foi realizada uma parceria com a CEMAR, que permitiu, entre outros, a aquisição de veículo para a equipe de assistência técnica e de equipamentos para a Quitanda Rede Mandioca e a continuação do repasse de equipamentos aos grupos participantes da Rede.

[...]. Os recursos garantirão ainda a aquisição de 10 fôrrageiras e 10 máquinas seladoras, que servirão para o fortalecimento das atividades produtivas e de comercialização desenvolvidas diretamente pelas comunidades (RIBEIRO, 2013a.)

8 Como destacaram Gussi *et al*. (2012), a partir de 2003 e 2004, o BNB o Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários, “com a finalidade de apoiar financeiramente os empreendimentos da economia solidária com recursos não reembolsáveis oriundos de parcela do lucro do BNB” (p.78).

No período mais recente, a Rede Mandioca vem contando com o apoio da Interamerican Foundation (IAF)⁹, para o desenvolvimento de ações de treinamento para a constituição do chamado Fundo de Crédito Rotativo Solidário (FCRS) que, como veremos a seguir, constituem, junto com as ações de organização de feiras de comercialização da agricultura familiar, os principais repertórios de atuação da Rede.

De acordo com um balanço das ações do Fundo de Crédito Rotativo e Solidário, apresentado em reunião com representantes da Rede Mandioca realizada em maio de 2022, foi possível verificar que já haviam sido emprestados recursos para projetos diversos, envolvendo o plantio de culturas agrícolas (mandioca, acerola, hortaliças, milho, etc.), equipamentos para a produção de polpas de frutas e a modernização de casas de farinha.

No que diz respeito à produção, as preocupações do pessoal da Rede Mandioca giraram em torno de um leque grande de ações envolvendo uma modernização do processo de produção para diminuir a quantidade do trabalho dos agricultores e seu caráter penoso, e aumentar a qualidade da farinha, e mais recentemente também a qualidade do meio ambiente.

2. Linhas de atuação: modernização, agroecologia e qualificação dos produtos.

2.1. Modernização do processo de produção

Dentro dos esforços para a modernização do processo de produção da farinha, a Rede realiza cursos e treinamentos para seus integrantes e repassa, gratuitamente, equipamentos para casas de farinha. Os recursos para essa ação foram obtidos por intermédio de um projeto com a Fundação Banco do Brasil, e as comunidades beneficiadas se comprometem com a construção do prédio onde eles serão instalados.

Os equipamentos repassados incluem, geralmente, uma prensa de metal (Figura 1), uma máquina forrageira, um forno mecanizado (Figura 2) e caixas d'água de acrílico (Figura 3), que substituem, respectivamente, a prensa tradicional ("tipiti"), o chamado "caititu" (usado para ralar a mandioca), o forno manual e os "pubeiros" (locais usados para amolecimento da mandioca). Nota-se que os novos métodos propostos pela Rede Mandioca estão associados a equipamentos adquiridos e que, na ausência do financiamento obtido pela Rede, seria exigido o pagamento em dinheiro. Esta prática, assim, difere do uso intensivo de matérias acessíveis localmente que exigem apenas o uso da força de trabalho familiar ou recrutado por parentesco e vizinhança. Como Tepicht havia chamado atenção na Polônia, fato observado no Brasil por Heredia (1979) e Garcia (1983), deixa-se de dar prioridade ao "autoconsumo intermediário" que assegura a reprodução de unidades camponesas de poucos recursos.

Nesse sentido, pode-se dizer que tais

9 De acordo com informações disponíveis na página da IAF na internet, o valor inicial disponibilizado para o apoio à Rede Mandioca foi de cerca de duzentos mil dólares, recurso que foi utilizado para atividades de assistência técnica e para a constituição do FCRS (CBMA-Brasil, 2018).

modificações não são acessíveis a boa parte dos agricultores familiares maranhenses, que não possuem recursos para a aquisição desses equipamentos, o que coloca em questão a possibilidade de replicação da experiência da Rede Mandioca, bem como sua sustentabilidade no longo prazo.

Fotografia 1 – Prensa de metal na comunidade Bacuri dos Pires (Vargem Grande-MA)



Fotografia 2 – Forno mecanizado na comunidade Forquilha (Benedito Leite-MA)



Fotografia 3 – Tanques de acrílico no assentamento Alegre (Riachão/MA)



Enquanto o forno mecanizado possibilita a redução do esforço dispendido na etapa de torragem da farinha, a utilização da caixa d'água de acrílico (ou tanques de cimento), em substituição ao “pubeiro” tradicional, feito no leito de um curso d'água, atende a exigências de higiene, enquanto o uso da máquina forrageira, além de substituir energia humana pela elétrica, diminui as possibilidades de acidentes com as mãos, o que ocorre com frequência quando a mandioca é ralada no chamado “caititu”. Mas também é verdade que o uso de energia elétrica aumenta os gastos no processo produtivo.

2.2. Qualidade da farinha: “preocupações gustativas e higiene”

Outra preocupação da Rede diz respeito ao aprimoramento da qualidade da farinha produzida, em termos de gosto, como atesta a realização da “Oficina Estadual de Práticas de Saberes e Sabores”, no povoado de São Joaquim da Rampa (Vargem Grande-MA), mas também em termos de higiene.

Na seção do questionário dedicada ao tema da agroindústria, apresentamos questões acerca do processo de fabricação de farinha, de forma a verificar os efeitos das ações da Rede Mandioca para modificar os padrões tradicionais de produção de farinha, como a utilização dos chamados “pubeiros” no amolecimento (fermentação) da mandioca, de forma a adequá-los às normas sanitárias vigentes (SEBRAE, 2009), e para reduzir o esforço físico realizado no processo de fabricação com a introdução de fornos mecanizados.

Em junho de 2023 ocorreu um intercâmbio de produtores para o compartilhamento de “boas práticas” de produção, que foi realizado no povoado de São Joaquim da Rampa, no município de Vargem Grande-MA, onde os produtores possuem a reputação de elaborarem uma farinha de excelente qualidade, atestada, segundo os coordenadores da Rede Mandioca, pelo fato de sua farinha atrair compradores de várias localidades do estado do Maranhão.

Essa oficina ocorreu num formato diferente das anteriormente citadas, quando o assessor técnico da Rede Mandioca, um estudante do curso de Agronomia da Universidade Federal do Maranhão, se deslocava aos municípios para realizar as atividades. No caso do intercâmbio para o compartilhamento das chamadas “boas práticas” de produção, alguns representantes dos grupos que participam da Rede se deslocaram até o município de Vargem Grande¹⁰ para realizar o aprendizado prático de novas modalidades de produção de farinha.

A dinâmica do treinamento consistiu no acompanhamento do processo de fabricação de farinha, com a distribuição dos participantes externos em três grupos, cada qual sendo encaminhado para uma casa de farinha, de forma a acompanhar o processo de fabricação. Em cada uma dessas etapas, os produtores de São Joaquim da Rampa apresentavam o seu modo de fabricação de farinha, ao mesmo tempo que eram interpelados pelos agricultores participantes do treinamento quando surgia alguma questão sobre o processo de fabricação.

10 Participaram 42 pessoas, representando cerca de 22 grupos integrantes da Rede Mandioca. Os custos do deslocamento para a oficina foram assumidos pela organização do evento, que garantiu também a alimentação, enquanto a hospedagem foi garantida pelos moradores do povoado de São Joaquim da Rampa.

No grupo que acompanhei, duas questões chamaram a atenção dos participantes vindos de outras localidades onde a Rede atua: a troca constante da água utilizada no amolecimento das raízes de mandioca e a utilização de um ventilador para a separação dos grãos mais pesados da chamada “palha” da farinha, que provoca azia e desvaloriza o produto.

2.3. Promoção de práticas agroecológicas

A questão da agroecologia não constou da primeira carta de princípios da Rede, mas, ganhou força ao longo do tempo e hoje possui bastante relevo nas atividades de formação. A programação dessas oficinas incluiu o debate de temas agroecológicos, e também a realização de oficinas sobre questões práticas, como a produção de defensivos naturais, conforme destacado por Dona Expedita, agricultora familiar da comunidade de Água Preta, município de Amarante do Maranhão.

Com essa oficina as pessoas ficaram conscientizadas, animadas, já aprenderam a fazer seus defensivos, todo mundo alegre e satisfeito. O resultado é que com essa oficina, com o conhecimento, a gente vai combater as pragas de outra forma. A gente vai ter uma alimentação saudável, proteger mais o meio ambiente como um todo, as águas que estavam sendo poluídas pelo agrotóxico. (...). A gente trabalhou na teoria e na prática e eu acredito que daqui pra frente a nossa comu-

nidade vai mudar em muitas coisas, principalmente na proteção ao meio ambiente e na nossa alimentação (RIBEIRO, 2020a).

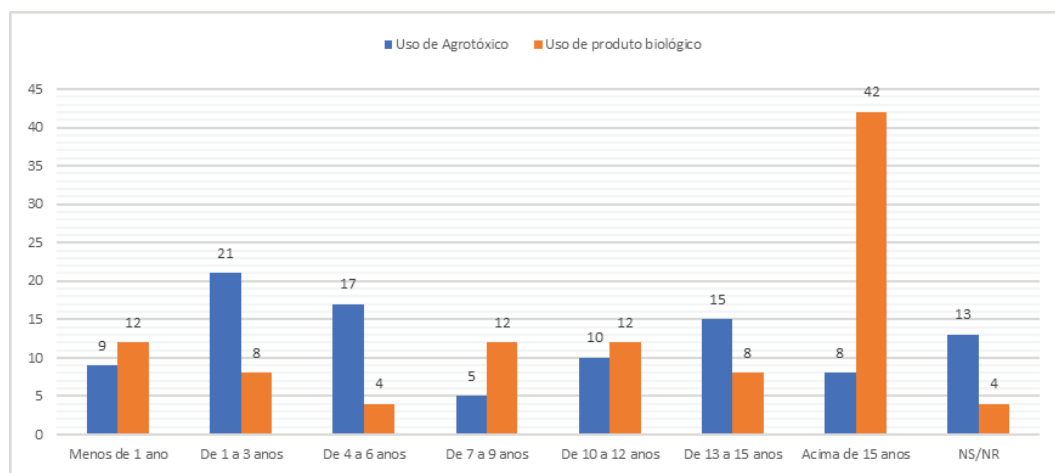
No entanto, apesar do esforço realizado pela Rede, a aplicação dos questionários identificou que cerca de 35,2% dos entrevistados utilizaram algum tipo de agrotóxico. Por outro lado, mostrou também que eles utilizam um número importante de produtos biológicos no controle de pragas e doenças (nim, calda bordalesa, fumo, etc.)

A partir dessa primeira constatação, a pesquisa procurou identificar diferenças quanto ao perfil dos produtores que disseram utilizar agrotóxicos ou produtos biológicos no controle de pragas ou doenças. Com base no cruzamento das informações¹¹, foi possível observar dois fatores importantes nesse aspecto: o tempo de participação na Rede e a escolaridade dos agricultores.

O gráfico abaixo (Gráfico 1), apresenta os entrevistados que disseram ter utilizado algum agrotóxico ou um produto biológico específico (nim indiano) distribuídos por tempo de participação na Rede Mandioca. Como pode ser visto, o maior percentual de entrevistados que utilizaram produtos biológicos corresponde aos produtores com 15 anos ou mais de participação na Rede (42,0%), enquanto os que utilizaram agrotóxicos situam-se principalmente nas faixas de 1 a 3 anos (21,0%) e de 4 a 6 anos (17,0%) de participação.

11 Para o caso da utilização de produtos biológicos, consideramos os produtores que disseram ter utilizado o nim indiano (*Azadirachia indica*) no controle de alguma praga ou doença. Sobre o uso do nim indiano no controle de pragas ver Silva *et al.* (2009).

Gráfico 1 – Tipo de controle de praga por tempo de participação na Rede Mandioca (em %)



Fonte: Tabulações da pesquisa.

Outra diferença relevante identificada diz respeito ao nível de escolaridade entre os utilizadores de agrotóxicos e do produtos biológico. Como pode ser visto na Tabela 1, enquanto os produtores que disseram ter utilizado agrotóxico concentram-se entre os

que não estudaram (20,0%) e os que possuem o menor nível de escolaridade (41,0%), no caso dos que utilizaram o nim indiano, não aparece ninguém que não tenha estudado: o nível de escolaridade mais relevante foi o do ensino médio (36,0%), vindo a seguir os dois níveis do ensino fundamental (25,0% cada), mas, também pessoas com ensino superior.

Tabela 1 – Tipo de controle de praga por nível de escolaridade dos participantes da Rede Mandioca

	Uso de Agrotóxico		Uso de produto biológico (Nim)	
	Nº	Em %	Nº	Em %
Da 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental	59	40,97	7	25,0
Da 5ª a 8ª série do Ensino Fundamental	26	18,05	7	25,0
Ensino Médio	28	19,44	10	36,0
Ensino Superior	2	1,40	4	14,0
Não Estudou	29	20,13	0	0,0
NS/NR	0	0,0	0	0,0
Total	144	100,00	28	100,00

Fonte: Tabulações da pesquisa.

Se no caso do uso dos agrotóxicos existe um esforço importante da Rede no sentido de banir sua utilização, não identificamos iniciativa semelhante para a substituição do fogo como tecnologia para abertura de

áreas de cultivo. Destarte, verificamos que dos 409 entrevistados, 331 (80,92%) utilizaram o sistema de corte e queima para a abertura de áreas de cultivo. Nesse sentido, seria interessante para a Rede observar

as iniciativas para tentar substituir o uso do fogo, que vem sendo tentada por outras organizações de apoio a movimentos de agricultores familiares e instituições de pesquisa na Amazônia (GUSMÃO; CARNEIRO, 2015; CHERMONT, 2020).

3. Estratégias de comercialização: feiras para um comércio justo e solidário

De acordo com os princípios da Rede Mandioca, seu participante deve procurar trabalhar a comercialização dos seus produtos “através dos espaços da economia solidária e do comércio justo, como feiras locais, regionais e estaduais, lojas, cooperativas” (REDE MANDIOCA, 2008, p. 3), além de atuar no fornecimento de alimentos para os programas de compras governamentais com o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Compras da Agricultura Familiar (PROCAF).

3.1. As feiras da agricultura familiar

A ação da Rede Mandioca se caracteriza por uma institucionalização da comercialização da farinha que seja mais favorável ao pequeno produtor, em especial, as feiras – instituições tradicionais do campo brasileiro. Nesse sentido, a Rede estimulou a criação de feiras municipais ou regionais para possibilitar a venda direta aos consumidores, beneficiando assim produtores e consumidores.

De acordo com a documentação consultada, a denominação utilizada para caracterizar as feiras varia: por vezes elas são chamadas de “feira da economia solidária”,

outras vezes de “feira da agricultura familiar”. É uma variação que muitas vezes está vinculada ao tipo de financiamento obtido para a promoção dessas feiras, como no caso do apoio recebido de um edital de ajuda à economia solidária, oriundo as Secretaria Estadual do Trabalho e da Economia Solidária do estado do Maranhão.

As principais feiras organizadas pelos participantes da Rede Mandioca são as promovidas por duas cooperativas que integram a Rede: a Cooperativa Agroextrativista dos Pequenos Produtores Rurais de Vargem (COOPERVAG) e a Cooperativa Agroecológica pela Vida do Cerrado Sul Maranhense (COOPERVIDA). Vale destacar, contudo, que enquanto a Coopervag foi criada diretamente com o apoio da Rede Mandioca, a Coopervida originou-se de uma iniciativa de valorização da produção agroextrativista no cerrado maranhense, sob a liderança do Centro de Educação do Trabalhador Rural (CENTRU) nos anos 1990¹².

Em alguns casos, as feiras começam sendo realizadas em parceria com as prefeituras e outras instituições governamentais, como no caso da “Feira da Agricultura Familiar de Vargem Grande”, que começou a funcionar em 2008 (RIBEIRO *et al.*, 2012) e que, com o passar do tempo, passou a ser organizada somente pela Coopervag, de forma a ter um maior controle dos seus participantes, excluindo os intermediários dessa praças de mercado. Nesse processo de autonomização, além do apoio inicial da Rede Mandioca, que repassou os recursos para a aquisição das barracas, a Cooperativa passou a utilizar o Centro de Comercialização da Agricultura familiar do Piqui da Rampa, que foi construído com recursos

12 Sobre a atuação do CENTRU ver Araújo (2010).

de emenda de um parlamentar do Partido dos Trabalhadores (PT), local onde a feira é realizada atualmente.

Em outro caso, foi a Coopervida que se beneficiou também da ação da Rede Mandioca, que se expandiu depois para se tornar uma cooperativa regional¹³ e que faz promoção da produção agroextrativista, com ênfase na venda de polpas dos chamados frutos do cerrado, processadas em uma fábrica localizada em São Raimundo das Mangabeiras. Além da feira da agricultura familiar desse município, a Coopervida realizou também, entre 2019 e 2023, com o apoio financeiro da Secretaria Estadual do Trabalho e da Economia Solidária (SE-TRES), um circuito de feiras em outras localidades do sul do Maranhão, tendo como objetivo a promoção da agricultura familiar e da economia solidária, fazendo um contraponto ao agronegócio da soja, que tem nessa região sua principal base produtiva (CARNEIRO, 2023).

Além de promover feiras, a Coopervida atende à demanda de programas de compras governamentais, tais como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa de Compras da Agricultura Familiar (PROCAF). O acesso a esses programas constitui uma alternativa segura para a comercialização da produção dos agricultores, uma vez que os preços dos produtos são definidos antecipadamente pelos editais de licitação, além de estarem em consonância com os princípios da Rede Mandioca, que preconiza o fortalecimento

dessas políticas de segurança alimentar, e que conectam agricultores familiares e grupos sociais desfavorecidos, para quem o governo destina os alimentos adquiridos¹⁴.

Se as feiras anteriormente citadas possuem uma abrangência local ou regional, desde o momento de sua fundação a Rede pensou em desenvolver ações de maior envergadura, que obtivesse um impacto estadual. Foi a partir dessa perspectiva, que ela organizou, em novembro de 2010, o I Festival Estadual da Rede Mandioca, de 2010, que, muito além de vender farinha, também dispensava formação em temas centrais para a Rede e constituía uma publicidade importante sobre a instituição, com seus propósitos e seus métodos (RIBEIRO, 2010c). A Rede Mandioca se preocupou também em estender a venda de farinha para população urbana de São Luís como produto regional tradicional, como veremos a seguir, a partir da experiência da “Quitanda Rede Mandioca”.

3.2. A “Quitanda Rede Mandioca”

A farinha produzida pelos agricultores(as) ligados à Rede Mandioca chegou a ser comercializada em São Luís, na “Quitanda Rede Mandioca”, fundada em 2013, que serviu como um espaço para divulgação dos produtos da Rede e local para realização de cursos e atividades de formação.

Além da venda de produtos agrícolas e extrativistas, a Quitanda também oferecia alimentos da culinária regional baseados na utilização da mandioca e no azeite de coco babaçu. Sua criação foi incentivada

13 Atuando nos municípios de Loreto, Sambaíba, São Félix de Balsas, São Domingos do Azeitão, Benedito Leite.

14 A Coopervida também realiza a comercialização em três lojas fixas – situadas em Loreto, Sambaíba e São Raimundo das Mangabeiras –, e organiza uma feira municipal mensal, em parceria com o Sindicato de Trabalhadores(as) Rurais local, contando ainda o apoio da prefeitura do município e da Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural (AGERP).

pelo Centro de Referência em Comercialização dos Produtos da Agricultura Familiar (CRCAF), e apoiado pelo Banco do Nordeste. Como destacou uma coordenadora da Rede Mandioca, em uma entrevista para o jornal *O Imparcial*, o objetivo da Quitanda era servir de elo entre os grupos de produtores e consumidores na capital do estado, destacando a dimensão de uma tradição alimentar maranhense.

Buscando ser a ponte entre a produção realizada pelas famílias, cooperativas e associações vinculadas ao projeto, e as pessoas que desejam conhecer e provar todo o sabor que os produtos derivados do estado possuem. “É a vitrine para todo o trabalho que o projeto se propõe, além de trazer de volta à população o gosto de consumir produtos da nossa própria terra” (FURTADO, 2016).

A localização e o tipo de oferta, nesse caso, procuravam menos o abastecimento das populações de origem mais popular do que de um público de turistas e de apreciadores de especialidades regionais. A Quitanda chegou a ser mencionada por exemplo no site *TripAdvisor* por uma consumidora como “um pequeno e charmoso local no Centro Histórico da cidade”. Os produtos comercializados no local, dizia o comentário, “são oriundos da agricultura familiar. Tudo é uma delícia, inclusive os bolos” (AGRICULTURA..., 2015). Mas essa iniciativa, que poderia ter levado a uma valorização pelas populações urbanas – especialmente os turistas das especificidades locais – das qualidades, ao mesmo tempo éticas e respeitadas do meio ambiente, podendo se tornar um produto de gastronomia patrimonial, não conseguiu afirmar-se enquanto tal. Em 2017, assim que os recursos do financiamento do Banco do Brasil

cessaram, foi tomada a decisão do encerramento das atividades da Quitanda da Rede Mandioca, uma vez que estava difícil a manutenção do espaço sem “a presença cotidiana de representantes dos grupos produtivos” (CÁRITAS MARANHÃO, 2017) para realizar a sua gestão. Além disso, a localização da Quitanda, apesar de ficar na zona antiga de São Luís, era distante dos principais fluxos de circulação de turistas e não era adequada para atrair eventuais consumidores. Dessa forma, essa experiência de comercialização de produtos com apelo da tradição culinária regional foi abandonada, como destacado na matéria a seguir:

A experiência da Quitanda foi encerrada em 2017, quando a Cáritas Maranhão avaliou a inviabilidade do funcionamento e gestão de um empreendimento sem que se pudesse viabilizar a presença cotidiana de representantes dos grupos produtivos, para que o espaço fosse gerenciado pelos próprios segmentos. Considerando que os grupos produtivos estão em áreas bem distantes da capital, através da continuidade das demais ações junto a Rede Mandioca, optou-se por continuar investindo em estratégias de comercialização nos próprios territórios assegurando assim a autogestão (CÁRITAS MARANHÃO, 2017).

A Rede se preocupou também com a embalagem dos produtos, distribuindo gratuitamente sacos de plástico para a comercialização dos produtos, que além de melhorar a higiene, uma vez que a comercialização tradicional é realizada muitas vezes em embalagens reaproveitadas, permitia informar aos compradores sobre as qualidades éticas dos produtos, da sua origem: havia rótulos para o azeite de coco de babaçu e sacos de plástico precisando o tipo de produção para o arroz, o feijão, a polpa de fruta e a farinha de mandioca. As sacolas levam a

logomarca da Rede Mandioca (“Plantar é a nossa raiz”) e as características do tipo de produção da qual são oriundos: “Produtos com princípios agrológicos, de forma artesanal sem utilização de agrotóxicos, queimadas, sementes transgênicas e exploração de mão de obra escrava”.

Contudo, a utilização dessas embalagens não constitui uma garantia da qualidade dos produtos, uma vez que elas são distribuídas de maneira indiferente a todos os produtores, independentemente da sua maneira de produzir, que as aceita pelo lado prático da embalagem sem se preocupar com a informação das práticas de cultivo. A sua aceitação pode contemplar o desejo de praticidade ou de higiene, sem que essa qualificação seja certificada de informar as particularidades em termos de práticas de fabricação do ponto de vista ético referentes ao produto oferecido. A intervenção de uma assessora da Rede Mandioca, perguntada

em 2011 sobre o momento do aparecimento dessa preocupação com as embalagens, aponta para a existência de um descompasso entre as definições das técnicas realizadas durante a produção com alguns dos termos da apresentação presentes na embalagem, que destacava a não utilização do fogo e de agrotóxicos, algo que como já vimos, continuou sendo uma prática relevante para muitos agricultores da Rede Mandioca.

3.3. Diferentes produtos, diferentes estratégias de comercialização

Para discutir a questão da estratégia de comercialização, apresentamos um quadro no qual cruzamos as formas de comercialização identificadas em dois dos principais produtos vendidos pelos(as) entrevistados(as): a farinha de mandioca e as hortaliças (Tabela 2).

Tabela 2 – Produtos vendidos por tipo de canal de comercialização* – (2022-2023)

	Farinha de Mandioca		Hortaliças	
	Número	Em %	Número	Em %
Venda Direta	117	54,9	55	46,2
Cooperativas	8	3,8	9	7,6
Compras Governamentais	35	16,4	49	41,2
Intermediários	52	24,4	5	4,2
Não Soube/Não Respondeu	1	0,5	1	0,8
Total de respostas	213	100,0	119	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

(*) A pergunta aceitava mais de uma resposta, de forma que o seu somatório pode ser superior a 100,0%.

No caso da venda de farinha, os(as) entrevistados(as) destacaram como principais canais de comercialização: a venda direta (54,9%), a venda por intermediários (24,4%), a venda para os programas

de compras governamentais (16,4%) e por cooperativas (3,8%). No caso da situação da venda direta, perguntamos pelo local de realização dessa comercialização, obtendo como resultado a venda em feiras e merca-

dos¹⁵ localizados nas sedes dos municípios e nos próprios povoados em que esses agricultores residem.

No caso das hortaliças, a estrutura de comercialização se diferencia, pois apesar da venda direta ser o canal de comercialização mais importante (46,2 %), a venda para os programas de compras governamentais – Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa de Compras da Agricultura Familiar (PROCAF) – desempenha um papel relevante, sendo citada por 41,2% dos informantes, vindo a seguir a venda para as cooperativas (7,6%) e, em menor medida, para os intermediários (4,2%).

Neste último caso, a presença desse agente pode ser compreendida de diversas maneiras, pois, como foi possível observar durante o trabalho de campo, quando as condições de deslocamento são muito difíceis, muitas vezes ele é a única opção para o escoamento da produção. Já em outras situações, quando a produção de farinha é considerada de boa qualidade, também esses intermediários se deslocam até o local de fabricação para adquiri-lo, pagando um preço considerado aceitável pelos produtores, como foi relatado pelos produtores de farinha de São Joaquim da Rampa, conhecidos por fabricarem uma das melhores farinhas no município de Vargem Grande.

Considerações finais

A constituição da Rede Mandioca está relacionada com a preocupação da Cáritas Brasileira – Regional Maranhão sobre a necessidade de fortalecer o cultivo da mandioca, considerada como a cultura mais importante para a garantia da segurança ali-

mentar das famílias e do desenvolvimento de estratégias de valorização da produção de farinha, de forma a permitir a obtenção de preços mais favoráveis no processo de comercialização.

Dentre as ações desenvolvidas pela rede, o trabalho para modificação de determinadas práticas agrícolas, consideradas como ambientalmente incorretas, sobre a forma de fabricação da farinha de mandioca e de intervenção nos processos de comercialização, de forma a eliminar a figura do intermediário, assume uma dimensão central.

No presente artigo, discutimos como os(as) produtores da Rede vêm incorporando ou não essas propostas, mostrando a existência de diferenças entre aquilo que é definido no âmbito da direção da Rede e as estratégias desenvolvidas pelos(as) agricultores(as) no seu cotidiano, ao mesmo tempo que procuramos apontar alguns elementos que ajudam a compreender por que determinado tipo de participante da Rede possui maior predisposição para assumir certas propostas, enquanto outros mostram-se mais resistentes.

Como foi possível observar, para o caso das prescrições relacionadas com a questão ambiental, os participantes da Rede em sua grande maioria continuam utilizando o fogo para a abertura das áreas de cultivo, ao passo que a utilização de agrotóxicos existe, mas é realizada por um número bem menor. No caso das estratégias de comercialização e a questão da eliminação do chamado “atravessador”, verificamos que a diferença mais relevante está relacionada com o tipo de produto comercializado, sendo bem maior para o caso da farinha de mandioca do que para os produtos hortícolas.

15 As feiras ocorrem geralmente em logradouros públicos, como praças e ruas, enquanto os mercados são locais construídos e geridos pelas prefeituras para a comercialização de produtos agroalimentares

A última prescrição discutida está relacionada com as modificações propostas para o processo de fabricação da farinha, onde verificamos um processo importante de transformação nas instalações utilizadas para a produção desse produto, mas com algumas adaptações definidas pelos participantes da Rede e relacionadas com o *savoir-faire* camponês desse processo: articular uma inovação (a utilização do forno-mecanizado) com o conhecimento tradicional do processo de fabricação (uso do forno manual para obter a melhor qualidade da farinha).

A explicação para o processo diferenciado de incorporação dessas propostas da Rede Mandioca pelos(as) produtores(as) é complexa, podendo ser relacionada com diversos fatores, que dizem respeito às próprias características de funcionamento da Rede e às diferentes propriedades sociais dos participantes, como detalharemos a seguir.

O primeiro aspecto diz respeito à natureza do funcionamento da Rede Mandioca que, como o próprio nome diz, é de natureza reticular, o que confere um elevado nível de autonomia aos seus participantes. Ou seja, trata-se de uma organização cuja relação entre a direção e integrantes é bastante flexível, possibilitando aos produtores um elevado nível de liberdade para as decisões quanto ao tipo de prática agrícola ou estratégia de comercialização a ser adotada.

Um exemplo dessa relação mais “flexível” entre direção e participantes da Rede pode ser observada na questão da orientação para a adoção de princípios agroecológicos, quando um participante recebe o financiamento do Fundo de Crédito Rotativo Solidário (FCRS), principal instrumento de financiamento da Rede. Nesse caso, ao invés de se exigir do demandante de empréstimo o fim da utilização de agrotóxicos,

o grupo contemplado pelo financiamento “deve ter abertura para incorporar princípios agroecológicos de produção” (REDE MANDIOCA, 2022, p. 3).

O segundo aspecto destaca as diferenças existentes entre os produtores, tais como o tempo de participação na Rede e o nível de escolaridade. Nesse caso, como foi possível observar para a questão do tipo de produto utilizado no controle de pragas ou doenças (agrotóxicos ou produto biológico), verificamos que o maior tempo de participação na Rede, bem como o maior nível de escolaridade, são características dos agricultores mais voltados para o uso de produtos biológicos (como o nim indiano) no controle de pragas e doenças.

Por último, mas não menos importante, cabe sublinhar que as alterações de qualidade nos processos acima invocados envolvem grande diversidade de agentes e de configurações sociais de produção e de comercialização, de representantes de agências governamentais e da cooperação internacional, que foram importantes para o desenvolvimento de muitas ações de fomento à Rede.

Referências

AGRICULTURA familiar. Avaliação sobre a Quitanda da Rede Mandioca, Tripadvisor. 02/10/2015. Disponível em: https://www.tripadvisor.com.br/ShowUserReviews-g-673267-d8669680-r315540041-Quitanda_Redde_Mandioca-.html. 2015. Acesso em: 16 abr. 2024.

ARAÚJO, H. M. *Memória, mediação e campesinato: as representações de uma liderança sobre as lutas camponesas da Pré-Amazônia Maranhense*. Manaus: UEA Edições, 2010.

BERTUCCI, A. A.; SILVA, R. M. A. (orgs.). *Veinte anos de economia popular solidaria: trayec-*

- toria de Caritas Brasileira de los PAC's a la EPS. Brasília: Cáritas Brasileira, 2004.
- CÁRITAS MARANHÃO. *Sobre a Quitanda Rede Mandioca*. São Luís: Cáritas Regional – Maranhão, 2017.
- CARNEIRO, M. S. A economia maranhense e as cadeias globais de valor: elementos para uma estratégia de desenvolvimento. In: ANDRADE, Everaldo de O. (Org.). *Brasil: 200 anos de luta do povo trabalhador*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Hucitec, 2023, p. 285-296.
- CBMA-Brasil. *Inter American Foundation*. 2018. Disponível em: <https://www.iaf.gov/grants/brazil/2018-cbma/>. Acesso em: 16 abr. 2024.
- CHERMONT, L. Fogo e manejo da terra na Amazônia: por um novo arcabouço teórico-metodológico. *Conexões*, Belém, v. 8, n.1, p. 57-83, 2020.
- FORTE, J. P. S.; GONÇALVES, A. F. A Cáritas Brasileira e economia popular solidária: o agente da Cáritas e a caridade libertadora. *Horizonte*, Belo Horizonte, v. 11, n. 32, p. 1506-1524, 2013.
- FURTADO, L. Quitanda valoriza produtores e produtos regionais. São Luís, 04 out. 2016. *Journal O Imparcial*. Disponível em: <https://oimparcial.com.br/entretenimento-e-cultura/2016/10/quitanda-valoriza-produtores-e-produtos-regionais/>. Acesso em: 15 abr. 2024.
- GARCIA JUNIOR, A. R. *Terra de trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- GUSMÃO, L. A.; CARNEIRO, M. S. A socioantropologia do desenvolvimento e o processo de adoção de inovações tecnológicas: o caso das roças orgânicas na comunidade de Três Poços. *Raízes*, Campina Grande, v. 35, n. 2, p. 30-40, 2015.
- GUSSI, A.; SANTOS FILHO, C.; ALMEIDA, G. F. B. A experiência de fomento público a fundos rotativos solidários no Nordeste: o caso da Rede Bodega. *Mercado de Trabalho*, n. 50, fev. 2012, p. 77-86. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3907>. Acesso em: 10 mar. 2024.
- HEREDIA, B. M. A. *A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- LÉVESQUE, B.; BOURQUE, G. L.; FORGUES, E. *La nouvelle sociologie économique. Originalité et diversité des approches*. Paris: Desclée de Brouwer, 2001.
- LIMA, O. Saúde: A raiz da vida. *Revista Família Cristã*. São Paulo: Paulinas, p. 34-37, 2014.
- MOURA, F. A. *Escravos da Precisão: economia familiar e estratégias de sobrevivência de trabalhadores rurais em Codó-MA*. São Luís: EDUFMA, 2009.
- REDE MANDIOCA. *Carta de Princípios da Rede Mandioca*. São Luís: Rede Mandioca/Cáritas Brasileira – Regional Maranhão, 11 de novembro de 2008.
- REDE MANDIOCA. *Regulamento do Fundo de Crédito Rotativo Solidário da Rede Mandioca*. São Luís: Rede Mandioca/Cáritas Brasileira – Regional Maranhão, 2022.
- RIBEIRO, E. M.; GALIZONI, F. M.; ASSIS, T. P. *Comercialização solidária no Brasil: uma estratégia em rede*. Porto Alegre: Ed. da PUC-RS, 2012.
- RIBEIRO, Z. Agroecologia em tempos de pandemia: um caminho para a agricultura familiar. São Luís, 06 nov. 2020. *Cáritas Brasileira*. Disponível em: <https://ma.caritas.org.br/noticias/agroecologia-em-tempos-de-pandemia-um-caminho-para-a-agricultura-familiar>. 2020a. Acesso em: 10 mar. 2024.
- RIBEIRO, Z. Solidariedade e agricultura fami-

liar em pauta. São Luís, 21 fev. 2020. **Homem de Vícios Antigos**. Disponível em: <https://zemaribeiro.com/2020/02/21/solidariedade-e-a-agricultura-familiar-em-pauta/>. 2020b. Acesso em: 10 mar. 2024.

RIBEIRO, Z. Entrega de veículo e equipamentos marca encerramento de curso da Rede Mandioca. São Luís, 16 dez. 2014, **Quitanda Rede Mandioca**. Disponível em: <https://redemandioca.wordpress.com/2014/12/16/entrega-de-veiculo-e-equipamentos-marca-encerramento-de-curso-da-rede-mandioca/>. 2014. Acesso em: 10 mar. 2024.

RIBEIRO, Z. Parceria entre Cáritas do Maranhão e CEMAR é celebrado para fortalecer a Rede Mandioca. São Luís, 21 nov. 2013. **Quitanda Rede Mandioca**, Disponível em: <https://redemandioca.wordpress.com/2013/11/21/parceria-entre-caritas-do-maranhao-e-ce-mar-e-celebrada-para-fortalecer-a-rede-mandioca/>. 2013a. Acesso em: 10 mar. 2024.

RIBEIRO, Z. Emoção marca inauguração do Centro de Referência da Agricultura Familiar, São Luís, 11 nov. 2013, **Quitanda Rede Mandioca**. Disponível em: <https://redemandioca.wordpress.com/2013/09/11/emocao-marca-inauguracao-do-centro-de-referencia-da-agricultura-familiar/>. 2013b. Acesso em: 10 mar. 2024.

RIBEIRO, Z. Rede Mandioca terá Centro de Comercialização. 14/11/2011. **Quitanda Rede Mandioca**. Disponível em: <https://redemandioca.wordpress.com/2011/12/14/rede-mandioca-tera-centro-de-comercializacao/> 2011a.

RIBEIRO, Z. Rede Mandioca: qualidade e estética. 21/11/2011. Internet: Blog da Mandioca. Disponível em: <https://mandiocadomara.blogspot.com/2011/11/rede-mandioca-qualidade-e-estetica.html>. Acesso em: 10 mar. 2024.

RIBEIRO, Z. A Rede Mandioca e o apoio do Ban-

co do Nordeste. São Luís, 19 maio 2010, **Quitanda Rede Mandioca**. Disponível em: <https://redemandioca.wordpress.com/2010/05/19/a-rede-mandioca-e-o-apoio-do-banco-do-nordeste/>. 2010a. Acesso em: 10 mar. 2024.

RIBEIRO, Z. Entrevista com Jaime Conrado sobre a Rede Mandioca, São Luís, 17 nov. 2010, **Quitanda Rede Mandioca**. Disponível em: <https://redemandioca.wordpress.com/2010/11/17/entrevista-jaime-conrado-sobre-a-rede-mandioca/>. 2010b. Acesso em: 10 mar. 2024.

RIBEIRO, Z. Cáritas celebra 54 anos no primeiro Festival Estadual da Rede Mandioca, São Luís, 09 nov. 2010, **Ponte Aérea São Luís**. Disponível em: <https://ponteareasl.wordpress.com/tag/rede-mandioca/>. 2010c. Acesso em: 10 mar. 2024.

SEBRAE. Mandiocultura: derivados da mandioca. Salvador: SEBRAE Bahia, 2009

SILVA, A. B.; BATISTA, J. L.; BRITO, C. H. Atividade inseticida do Nim. **Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável**, Maceió, v. 4, n. 4, p. 7-15, 2009.

SILVA, S. O.; CRUZ, B. E. V. Signos distintivos e desenvolvimento territorial: um caminho para a IG da Farinha de Bragança? 2023. XX ENANPUR, **Anais [...]**. Belém:

Universidade Federal do Pará. Disponível em: <https://anpur.org.br/wp-content/uploads/2023/05/st11-52.pdf> Acesso em: 10 mar. 2024

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOUZA, A. R. Entre a assistência e a autogestão: a economia popular e solidária da Cáritas. **Revista NURES**, São Paulo, n. 5, jan./abr., 2007. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/nures/article/view/7336>. Acesso em: 10 mar. 2024.

RESUMO

O artigo analisa como a Cáritas Brasileira, entidade ligada à Igreja católica, preocupada com a forte presença de agricultores nas estatísticas de trabalho escravo rural, investiu na constituição de uma rede de organizações de base no estado do Maranhão, de forma a garantir a segurança alimentar e o fortalecimento econômico da agricultura familiar. Essa articulação de organizações, denominada Rede Mandioca, desenvolveu um conjunto de ações para fortalecer a produção e comercialização da farinha de mandioca, dentre as quais se destacam a realização de feiras, a organização de cooperativas e o repasse de equipamentos para o beneficiamento desse produto. A partir dos dados analisados, é possível verificar que essas ações são incorporadas de forma diferenciada pelos agricultores, apontando para a existência de diferenças entre as medidas prescritas e as estratégias definidas pelas famílias dos participantes da Rede.

PALAVRAS-CHAVE

Agricultura familiar. Inovações. Economia solidária. Segurança alimentar.

ABSTRACT

The article analyzes how Cáritas Brasileira, an entity linked to the Catholic Church, concerned with the strong presence of farmers in rural slave labor statistics, invested in the creation of a network of grassroots organizations in the state of Maranhão, in order to guarantee food security and the economic strengthening of family farming. This articulation of organizations, called « Rede Mandioca », developed a set of actions to strengthen the production and commercialization of cassava flour, among which the holding of fairs, the organization of cooperatives and the transfer of equipment for the processing of this product stand out. From the data analyzed, it is possible to verify that these actions are incorporated differently by farmers, pointing to the existence of differences between the prescribed measures and the strategies defined by the families of the Network participants.

KEY-WORDS

Family farming. Innovations. Solidarity economy. Food security.

Recebido em: 16/01/2024

Aprovado em: 30/03/2024